

DIOGO-CÃO

REVISTA ILUSTRADA DE ASSUNTOS HISTÓRICOS

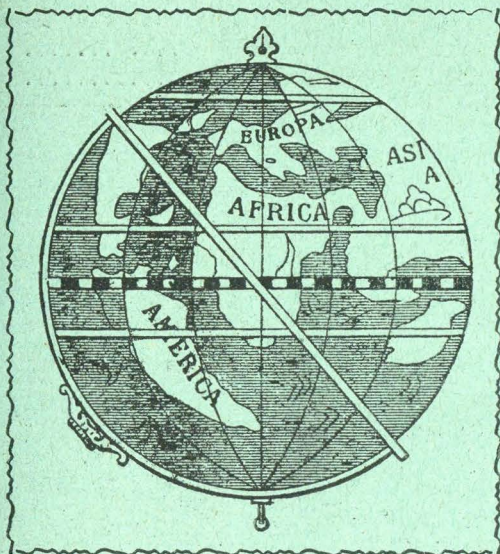
(Com tôdas as licenças necessárias)

Director, redactor, administrador, editor e proprietário

PADRE MANUEL RUELA POMBO

(Missionário secular português e antiquário amador)

COLABORADORES—DIVERSOS



SUMÁRIO:

*Os Portuguezes em Angola—Fortalezas de Luanda—Catálogo dos Governadores—Monumentos & Arquivos
—História Eclesiástica—Os Holandeses em Angola
—A Tentação do Mar.*

TIRAGEM 1:000 EXEMPLARES

LUANDA

1932

AGENTE:
AMADEU AMORIM

LUANDA — C. P. 327

Preço de cada número avulso.....	5,00
Pelo correio e registado.....	6,00

—O primeiro homem, que contou a outro as suas recordações, fez HISTÓRIA, porque reconstituiu factos passados; e, desde logo, existiu a história, sendo sempre o que hoje é: a reprodução de factos passados

Quantas definições dela se possam dar, com todas as variantes, cabem todas na fórmula ao mesmo passo, breve e amplamente compreensível, proposta por Michelet:—a ressurreição integral da vida passada.

Fidelino de Figueiredo

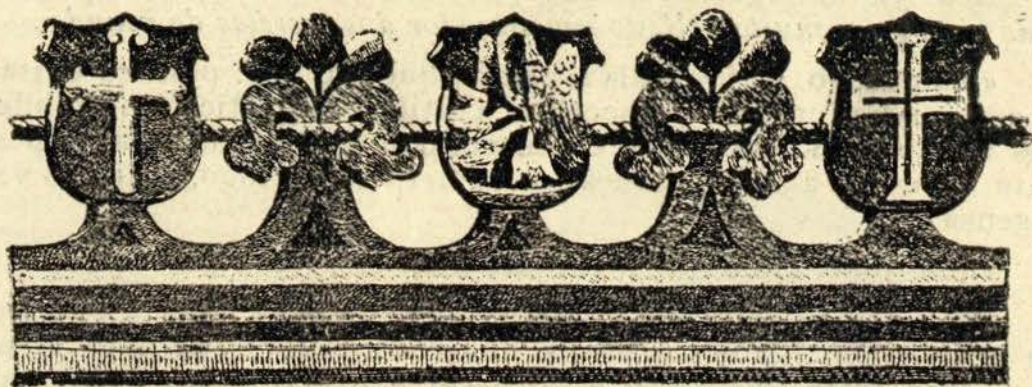
—No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições o mister de recordar o PASSADO é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e que sabem, porque não o fazer é um crime.

Alexandre Herculano

—A vida, que animou as gerações que passaram, transmite-se pelo fio misterioso da HISTÓRIA às gerações vindouras, que se reanimam, muitas vezes, sob a influência das tradições despertadas.

A História pode ser uma poderosa alavanca para a regeneração de um povo.

José de Arriaga



OS PORTUGUESES EM ANGOLA

I

DIOGO CÃO

—*Diogo Cão ensinou ao Mundo que havia, nesta parte de África, um grande rio, a que os indígenas chamavam Zaire. Enquanto este rio correr, a glória de Diogo Cão não morrerá*

António Filipe MARX DE SORI, tenente da Marinha Portuguesa, em 1859.

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 8)



DESEJAMOS E QUEREMOS MARCAR, NA HISTÓRIA-DE-Portugal, o lugar verdadeiro e o valor concreto das descobertas e conquistas ultramarinas, na parte relativa à origem e fundação da colónia portuguesa de Angola.

Oliveira Martins, no livro—*Os Filhos de dom João I*, 5.^a edição, Lisboa, Parceria Pereira, à p. 251, diz o seguinte:

—«Nas côrtes de 1473, em Coímbra, um ano antes de expirar o contrato de Fernão Gomes, os povos reclamam, sem ser atendidos, que os tratos de Guiné se arrematem em praça, a lanços, para que os benefícios possam servir a todos.»

—«Acerca-se el-rei d. João II de técnicos, e com êles em íntima cooperação com os navegantes práticos, procede à solução do problema da Índia, ao tempo o grande problema internacional. O movimento dos descobrimentos, pela directriz nova impressa à política portuguesa, assume uma feição verdadeiramente nacional. Igualmente, as navegações perdiam a finalidade africanista, que lhes imprimira dom Henrique, para assumirem a ultramarina». (1).

Aos 31 de Agosto de 1481, sobe ao trono el-rei D. João II, *grão católico e muito solícito investigador dos segredos do mundo*.

«Dom João II foi mais longe do que seu pai: político avisado e administrador hábil, concebeu a utilidade prática e a grandeza das ideias de d. Henrique, e não poupou diligências nem despesas para apressar a sua execução e colher, desde logo, tôdas as vantagens». (2)

Dom João viu o que o Infante-dom-Henrique previa.

«Mal tomou o cetro, entendeu em aprestar, contra o parecer de uns certos, herdeiros ainda dos contraditores de dom Henrique, uma frota que fôsse estabelecer e firmar o poder português na costa da Mina. Cumpria erguer um padrão de posse, abrir um centro comercial, crear um ponto de escala e assentar os alicerces de uma igreja naquelas paragens. A história dos descobrimentos portugueses tem sido geralmente feita em cópia de cópia ou sobre a simples tradição impressa...

«Afirmando, mal assume o poder o propósito e título ao senhorio das terras áfrico-atlânticas, militarmente pela construção da fortaleza da Mina e diplomáticamente pela embaixada à Inglaterra e nas negociações com Castela. — Dom João II manda, em 1482, Diogo Cão, seu escudeiro, continuar a descoberta para o sul, firmando-a, não já com cruces de madeira, que não simbolizam caracteristicamente um direito, mas com padrões de pedra, que formalmente o exprimiam, e simbolizavam a intenção e a posse da soberania e do poder político». (3)

«É simultânea a ideia das duas expedições de Diogo de Azambuja e de Diogo Cão. É o primeiro acto colonial de dom João II: consolidar o domínio português na Mina e prolongar o reconhecimento da costa para o sul. Neste acto ou actos, com efeito se continham em germen as consequências finais e transcendentales de toda a política ultramarina de dom João II». (4)

4—PRIMEIRA VIAGEM DE DIOGO CÃO À ANGOLA (1482-1483)

Temos na nossa frente a primeira *Década* de João de Barros, aberta no livro III e capítulo 3:

«E o primeiro descobridor, que levou este padrão, foi Diogo Cão, vindo já pela Mina, como lugar onde se podia prover dalguma necessidade, e daí foi demandar o cabo de Lopo Gonçalves, que está um grau da banda do sul. Passado o qual cabo e assim o de Caterina, que foi a derradeira terra que se descobriu em tempo de el-rei dom Afonso V, chegou a um notável rio, na bôca do qual, da parte do sul, metteu este Padrão, como quem tomava posse, por

párte de El-Rei, de tóda a costa que deixava atrás. Por cáusa do qual padrão, muito tempo foi nomeado êste—*Rio-de-Padrão*, e ora lhe chamam *Rio-de-Congo*, por correr por um Reino assim chamado, posto que o seu próprio nome do rio entre os naturais é *Zaire*, mais notável e illustre por águas que por nome».—

Diogo Cão, quando empreendeu a sua primeira viagem, era cavaleiro da casa de el-rei dom João II e a sua frota, pelo menos, constava de três navios, onde trazia abundância de víveres e muitos artigos de comércio.

Trazia instruções não para navegar pelo pélago mas para vir descobrindo ao longo da terra, sabendo pouco e pouco o que nela havia e assim as suas rotas e conhecenças e cada provincia de que gente era, para verdadeiramente saberem o logar em que estavam

por onde podiam ser certos em terra que iam buscar, porque, de outra guisa, não podiam saber a região em que estavam. ⁽⁵⁾

Descoberto assim o esteiro do rio *Zaire*, a seis graus e seis minutos de latitude sul, Diogo Cão ergue ali com tóda a solenidade religiosa e lusitana o seu primeiro padrão—*Padrão-de-Sam-Jorge*. ⁽⁶⁾

Explorou o rio para o interior e estabeleceu relações de amizade com o régulo de Sôho e com o potentado Nzinga-a-Cuâm do império indígena de Congo, à presença de quem mandou uma embaixada de emissários portugueses, como diremos nos §§ seis e nove. ⁽⁷⁾

Prossegue Diogo Cão na descoberta da costa para o sul:

—Fundeu alguns dias, na foz do rio Loge, um pedaço ao norte da actual vila do Ambris, segundo consta nos apontamentos de Oliveira Martins.

—A trinta e seis léguas, pouco mais ou menos, do rio *Zaire* ou



El-Rei D. João II

rio do Padrão, reconheceu Diogo Cão a enseada ou baía, que depois se chamou de Luanda, fez aguáda na foz do rio Bengo e desembarcou nas ilhas da Moeda ou das Cabras (*Ilha-de-Luanda*) e de Caseange (*Sam-João Baptista de Casanga*), separadas uma da outra pela chamada barra da Curimba, onde as águas se misturam.

Aqui, a tripulação se abasteceu de cáça de pêlo e de peixe fresco.

«Além do Rio-do-Padrão, ou Emzaze, de que atrás falamos, com 35 léguas de camínho, pouco mais ou menos, é achado um rio pequeno, que se chama rio de Mombengo e ali faz a terra uma enseada, que será pouco mais de uma légua, em rória da bôca da qual estão duas ilhas pequenas, baixas e rasas, de pouco arvoredo, que chamam as ilhas das Cabras, e estas estão muito próximas da terra e são povoadas por pretos do senhorio de Muenicongo, e ainda vai adeante a terra de Congo; e nestas ilhas apanham os ditos pretos uns búzios pequenos que não são maiores que pinhões com a sua casca, a que êles chamam *Zimbos*, os quais em terra de Muenicongo correm por moeda; e do Rio-do-Padrão até o rio Mombengo e Ilhas-das-Cabras, a terra, ao longo do mar, é baixa; e no mar destas Ilhas, nas 30 braças, há muita infinda pescaria...»

Na edição latina (1598) do livro — *Regnum Congo, hoc est, Vera descriptio Regni Africani* — de Duarte Lopes & Pigafetta, ⁽⁸⁾ vem assim notada a fauna da Ilha-de-Luanda, à página 8:

— *Inveniuntur quoque in hac Insula, quamvis parva, magni hircorum, caprarum, ovium et aprorum greges, qui non admodum etiam feri in silvis se sustentant.*

A tradução em francês dêste livro da nossa *Angola-Menina* foi publicada, em Bruxelas no ano de 1883, por Léon Cahum e existe um exemplar na Biblioteca Municipal de Luanda:

— *On trouve aussi dans cette Ile, quoiqu'elle soit petite, de grands troupeaux de cerfs, de chèvres, de moutons et sangliers, qui ne sont pas très sauvages, et trouvent leur nourriture dans les bois.*

Mas... continuemos a descrever a rota seguida pelo nosso Diogo Cão:

— Deixada a enseada ou baía de Luanda, fez-se então a frota mais ao largo da costa e, por isso, não chegaram a notar o rio Quanza.

O próprio *Esmeraldo*, escrito antes de 1505, também não o traz.

O *rio de fernandes* do Insulário de Martelo (1489) ou o *rio de fernanda* do fantástico Globo de Beheim (1492) talvez se possa identificar com o rio Quanza.

Sobre esta parte da costa africana, não deixam de ser curiosas as páginas 17-20 do Visconde-de-Santarém no I vol. dos *Estudos de Cartografia Antiga*, publicados pelo sr. Aires de Sá, em 1919.

Pelo que dizem Pimentel, Gregório de Freitas e Alexandre Magno de Castilho, que aqui temos abertos na nossa frente, e pelo que ainda hoje se observa na navegação à véla,—tal afastamento da costa da Quiçama era imposto pelos ventos e corrente.

Antes de deixarmos para trás o nosso rio Quanza, convém dizer que a Carta, com o ocidente africano, do comósgrafo Diogo Homem, datada de 1558, traz já o rio *Coança*.

Em 22 de Dezembro de 1559, embarcou Paulo Dias de Novais em Lisboa e chegou à barra ou foz do Quanza a 3 de Maio de 1560, na sua primeira viagem.

Já andava por estas paragens ou margens do Quanza, um português, natural de Barreiro. ⁽⁹⁾

Abrahão Ortelio, na edição de 1570 do seu *Theatrum orbis ter-*

Dom João II

NÃO COMPLETARA 41 ANOS DE IDADE, E POUCO MAIS DE 14 CON-



TARA DE REINADO AQUELE QUE, PARA
DIVISA, ADOPTARA O **PELICANO**. RASGANDO
O PEITO PARA COM O PRÓPRIO SANGUE,
ALIMENTAR OS FILHOS, E QUE, PARA MOTE,
ESCOLHERA E SEGUIRA NA PRÁTICA O CON-
CEITO TAM BELO **POLA LEI E POLA
GREI.**

H. DE BARROS GOMES, no prefácio ao
Príncipe Perfeito de Oliveira
Martins.

varum ainda dá ao rio Quanza o nome de rio de Santa Helena.

Continuemos com a viagem do nosso Diogo Cão:

—A vinte léguas da Ilha-das-Cabras, aportou Diogo Cão na ponta das Camboas ou cabo de Sam-Brás. ⁽¹⁰⁾

Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo*, livro III e capítulo 2, diz:

—Passando vinte léguas além da Ilha-das-Cabras, está uma ponta que se chama a ponta das Camboas, e este nome lhe puseram porque,—quando Diogo Cão, cavaleiro, creádo, de el-rei dom João, que Deus tem, esta terra descobriu,—achou ali umas cam-

boas, em que os pretos pescavam, e, por isso, lhe pôs o dito nome; e esta ponta é mui aparcclada; e além dela acharam um rio, muito pequeno, maneira de esteiro...—

Como sabem, as camboas são uns pesqueiros vedados por paredes ou muros de pedras ou adôbes os quais ficam afogados nos preamares e, ao baixarem as marés, deixam sair as águas e peixes miúdos, mas não os grandes que se esquecem no seu cevadoiro.⁽¹¹⁾

Na minha linda terra natal—Bunheiro da Murtosa,—beiradas da Ria-de-Aveiro, tinham *in illo tempore* os frades de Arouca as suas camboas e viveiros de mimoso peixe, que até era muito apreciado em banquetes reais!

(Continua)

1) — Serras e Silva — *Portugal na História da Civilização*, Lisboa, 1928, à p. 91.

2) — Rebêlo da Silva — *História de Portugal...*, tomo V e p. 100.

3) — Visconde-de-Santarém — *Quadro Elementar*:

Inglaterra, tomo I e página 71.

T. XIV, p. CLXVIII da Introdução e seguintes, e 226 e seguintes. Veja-se também o *Catálogo dos Manuscritos Portugueses existentes no Museu Britânico* de Frederico F. de la Figanière, à pag. 73.

Castela, tomo I e ps. 38 e 394.

T. II, ps. 352 e de 383 a 395.

T. X, ps. 150-151 e nota única à p. 411. — Nestes logares trata-se da questão das Ilhas-Canárias e objecto do Tratado de Tordesilhas.

Roma, tomo X, p. VII da Introdução e 95 e seguintes.

4) — Henrique de Barros Gomes, no *Prefácio-Introdução* do livro de Oliveira Martins *O Príncipe Perfeito*, p. 66.

5) — *Esmeraldo*, I, III e cap. 4

6) — *Este poderoso rio Zaire, descoberto por Diogo Cão, tem modernamente recebido o nome de Congo, com que foi crismado pelos geógrafos ingleses, alemães e belgas; os portugueses, porém, seus descobridores, sempre lhe chamaram Zaire, e não seremos nós que sancionaremos a crisma.* — Alm. Ernesto de Vasconcelos, no precioso livro *As Colónias Portuguesas*, 3.^a edição, 1921, p. 302.

Outros nomes históricos do nosso rio *Zaire*: Rio-do-Padrão, Rio-Poderoso, Rio-Potente, Rio-de-Congo.

— *Zaire* é corrupção portuguesa do vocábulo indígena Enzadi ou Nzade ou Nzare, que significa — reunião de águas ou rio que engole todos os outros.

No *Esmeraldo* vem rio Enzaze. — A pronúncia indígena é Zare ou Zade.

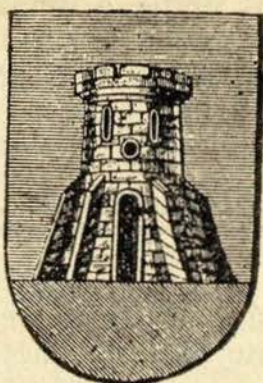
7) — J. Joâbert — *Nomenclatura geográfica das costas africanas*, na tradução que está no n.º 12 da série XXIV do *Bolet. da S. de G. de Lisboa*.

8) — Biblioteca N. de Lisboa. — Secção dos Livros reservados. H. Número azul 2676.

9) Biblioteca N. de L. — Colecção Pombalina, reservado número 647 e f 29.

19) *Roteiro e descrição da costa ocidental de África* — de Alexandre Magno de Castilho, tomo II, p. 237, nota.

11) Projecto de Lei ou Regulamento para a pesca por meio de Comboas na costa de Portugal. — No jornal de Lisboa *A VOZ* do dia 30 de Abril de 1930, pág. 3 e coluna 6. — Vimos, dias ou meses depois, a notícia de que fôra aprovado o Regulamento pela pasta de Marinha.



AS FORTALEZAS DE LUANDA

I

A Fortaleza do Môrro SAM-PAULO

(PRIMEIRO ORAGO)

A FORTIFICAÇÃO é a ciência que ensina a aumentar o poder defensivo das localidades pelo emprego de obras de arte especiais.

(*Fortificação*—número 99 da coleção da Biblioteca do Povo e das Escolas)

(Continuação da pág. 10)



ANTES DA VÍDA OFICIAL DE PAULO DIAS DE NOVAIS, A baía ou pôrto de Luanda, como sabem, já era conhecido e freqüentado pelos Portuguezes que vinham da Ilha de Sam-Tomé aqui commerciar, não legalmente mas por contrabando...

Na *Carta-de-Doação* de 19 de Setembro de 1571, el-rei dom Sebastião impunha a Paulo Dias de No-
o seguinte:

—...e com condição que, dentro de dez anos fará três castelos de pedra e cal entre os rios Zenza e Quanza; e um dêles— que será no pôrto onde parecer que podem ir armadas estrangeiras, —não será de menos que quarenta braças de quádra e doze palmos de grossura e quarenta de altura, com dois baluartes em dois cantos, que fiquem em traveses singelos de todo o múro; e, pelo tempo em diante, se irão acabando da maneira que parecer mais necessário; e outros dois castelos se farão pelos rios acima, em que parecerem mais necessários.—

Paulo Dias de Novais podia e devia escolher melhor pôrto e melhor sítio para capital, mas não no Zaire, sem dúvida. (Teixeira de Vasconcelos, *A Ermida de Castromino*, às ps. 103 e 283 da 3.^a edição SELECTA.

2—No tempo de Paulo Dias de Novais

Para variar as páginas desta revista, temos de, embora quasi profano no assunto, meter o...nariz até nas altas engenharias bélicas.

Não nos interessa a parte técnica, mas só a histórica.

Bem sabemos o que disse Anibal do filósofo Formião. (No cânto X e estância 153 de *Os Lusíadas*).

—«Conquanto os *Portugueses* se fizessem acompanhar de pessoal prático idóneo nas suas longínquas expedições, todavia a necessidade obrigava a todos a entenderem de construção de fortalezas, cujo traçado já não era muito simples, para isso a ocasião e as circunstâncias forneciam os materiais e o pessoal. Tinham de ver tudo, a tudo tinham de suprir. Não há como a necessidade para criar aptidões.

«Era um instante, enquanto se erguia uma fortaleza, quer unicamente com o pessoal que ia na armáda, quer com o auxílio dos naturais: de boa-mente, se a fortaleza era levantada de acôrdo com a autoridade da terra, ou à viva fôrça.

«Nas expedições enviadas da metrópole iam geralmente engenheiros, na certeza ou na probabilidade de se ter de construir fortalezas. O local para estas ou já estava previamente marcado ou estabelecido e os que iam, o aceitavam, ou era sobre o terreno que se faziam, na ocasião, os estudos e a escôlha. Nem sempre o local preferido era o mais acertado.» — (Cristóvão Aires, «*História Orgânica e Política do Exército Português*», Próvas, V, às ps. 50 e 51).

Nos nossos apontamentos, até ao presente, a notícia mais antiga, que possuímos, é esta, relativa à fortaleza ou cidadela do mórro de Sam-Paulo de Luanda:

—«Já estamos em um sítio que no princípio se ofereceu a muitos ser mais cómodo para a nossa povoação que os outros. Tem nêlo o Governador Paulo Dias de Novais um fôrte de táipa e assentada sua artelharia, e é um môte que entra com uma grande (ponta) pelo mar, na qual ponta estamos situados por ser bom sítio». — (Carta do padre jesuíta Garcia Simões. — Angola, 7 de Novembro de 1576).

O *Catálogo dos Governadores de Angola* publicado em 1826 pela Academia Real das Ciências de Lisboa, diz apenas:

— «Vendo Paulo Dias de Novais que a habitação da Ilha-de-Luanda não era acomodada para os seus intentos, passou à terra firme e, escolhendo o oiteiro, nêle assentou a primeira povoação...» — (*Colecção de Notícias para a História das Nações Ultramarinas*, Tômo III e parte II, à p. 345).

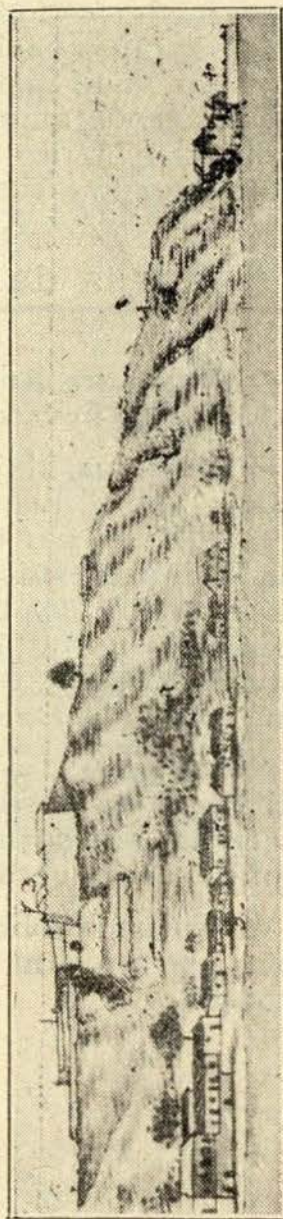
3—Plano de fortificação

Garcia Mendes Castelo Branco, um dos fidalgos aventureiros que acompanhou Paulo Dias de Novais na segunda viagem, dava em 1621 à côrte de Madrid êstes conselhos ou informações:

— «O môrro de Sam-Paulo é fôrte de sua natureza. Ao Governador deve-se-lhe mandar encomendar que não consinta: se lhe tire pedra de redor dêle para não cair a terra, e fazer três baluartes, um entre o sítio de Álvaro de Sousa e as casas que são agora de Baltasar Rebêlo, que dali a artilharia defende tôda a praia, adonde está a feitoria de sua Majestade e todos os mercadores, que vão com fazendas àquele Reino para resgatar as peças, e também defenderá os navios que é o môrro alto e bem defensível. Outros dois baluartes, que lá há, podem desmanchar-se e fazê-los mais para fóra de novo, por respeito qué, onde estão, são de pouco efeito; se o Governador fôr homem de experiência, os porá onde forem necessários, e, desta maneira, ficará fortificada a cidade e os navios que a ela vão.

Para isto tem lá vossa Magestade 5.000 cruzados de rénda cada ano, pelo menos.»

— *Memórias do Ultramar*, publicadas por Luciano Cordeiro, fascículo I e ps. 22-23).



Desêño antigo, feito à péna, da fortaleza do Môrro

4—Cs piratas franceses

O *Catálogo dos Governadores do Reino-de-Angola*, publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, à página 355, refere o facto desta maneira:

— Estando o Governador dom João Furtado de Mendoça (1594-1602) na vila de Luanda, chegou a ela a notícia de que

4 navios de piratas franceses tinham roubado (1600) o pôrto de Pinda, no Zaire; e, assustados os moradores com esta novidade, receando que viessem também a êste pôrto, intentaram muitos desamparar a povoação e retirar-se aos matos com o que possuíam. O Governador, — fortificando-se no môrro de Sam-Paulo com trincheiras de pipas cheias de areia e guarnecendo de artilharia as entradas por onde podiam ser acometidos, — animou e persuadiu a todos a defenderem-se. Esta boa disposição e valor socegou (sic) os moradores e muito mais... quando souberam que os franceses tinham largado a costa. —

5—A defesa da barra de Luanda

O syndicante António Bezerra Fajardo, no seu relatório com a data de 29 de Fevereiro de 1629, aconselha mais outra obra :

— Deve sua Majestade mandar que se faça um fôrte no môrro de Sam-Paulo, que defenda a entrada dos navios e a gente de guerra que vier por terra, o que é mui necessário para defensão daquele Reino e está em muito perigo com o não haver; e, para mais segurança dos navios que entram, e da guárda daquela barra, é necessário outro fôrte na ponta da Ilha da outra banda de Sam-Paulo de Luanda; como digo : é necessário acudir-se a esta obra e a uma e outra fortaleza. —

Neste tempo, a que se refere o plano de Bezerra Fajardo, esta fortificação da barra e pôrto de Luanda, atendendo-se ao poder e alcãce da artilharia bem como à resistência das naus ou navios, era prática e na verdade útil e indispensável.

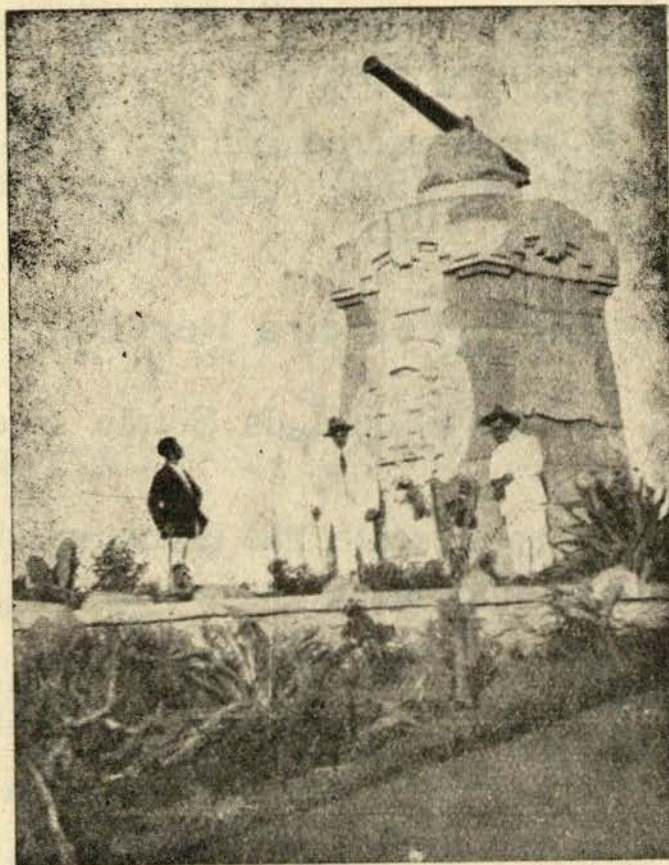
Vimos na Biblioteca da Ajúda de Lisboa documentos e desenhos que provam que êste ou um parecido plano foi depois cá executado.

(Continua)

Efemérides Provinciais

CATÁLOGO OU
LISTA DOS GO-
VERNADORES
DE ANGOLA
COM AS RESPECTI-
VAS PRÓVAS

Pelo sr. prof.
Delgado



(Cont. da pág. 12)

(Canhão histórico)

II—Luís Serrão

DÁTAS:



*Brasão
de Luanda*

LUIS SERRÃO foi eleito governador pelo testamento de Paulo Dias de Novais. Ainda vivia no fim do ano de 1590 e estava perto do Lucala.

FONTES OU PROVAS:

Luís Serrão foi declarado governador de Angola pelo bom jesuíta padre Barreira, por força do testamento de Paulo Dias de Novais.—(Logar já citado do livro *Synopsis*).

Que vivia em fim de 1590, vem na página XVI do III livro dos *Ensaíos* de Lopes de Lima que ali cita o belo manuscrito de Domingos de Abreu de Brito, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, na *Secção dos Manuscritos*, com o número 294.

Este manuscrito não traz que Luís Serrão morreu em Fevereiro de 1591, como se conclui do que diz Lopes de Lima na p. XVIII.

III—André Ferreira Pereira

Por morte de Luís Serrão sucedeu ANDRÉ FERREIRA PEREIRA.

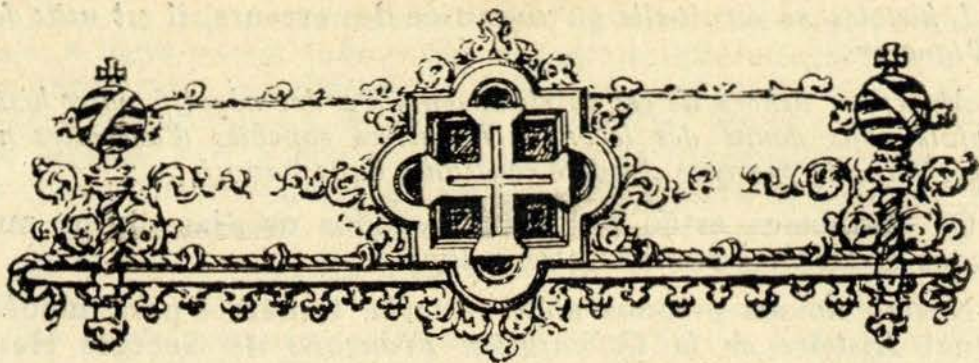
Até ao presente, não encontrei nos arquivos documento algum que fale nêle.

Lisboa,
Janeiro de 1929

(Continua)

João Mathias Delgado

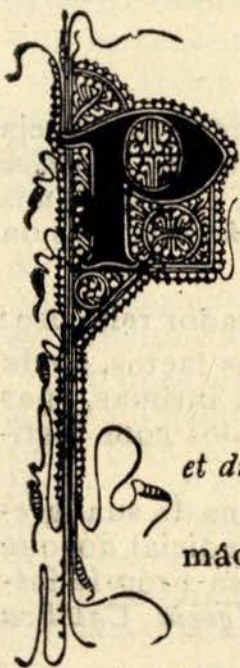
Nôta do p. 9.— O manuscrito de Abreu de Brito—«Sumário e descrição do Reino de Angola» foi publicado, em 1931, pela imprensa da Universidade de Coimbra, com uma bem traçada «Introdução» do sr. cel. Alfredo de Albuquerque Felner, que justamente põe em realce o valor dêste «Inquérito à vida administrativa e económica de Angola».



MONUMENTOS & ARQUIVOS

Programa-Tese

(Cont. da p. 16)



ARA QUE FIQUE BEM GRAVADO NA MEMÓRIA DE quem nos lê, repetimos este trecho do nosso programa:—Certamente, a *Diogo Cão* é uma revista combatente, mas além de combatente, ela é construtora, e, como tal, não pode deixar de ser enérgica contra os erros e mistificações e desleixos públicos.

Si vis pacem, para bellum...

Ou melhor:

Benedictus Dominus, Deus meus, qui docet manus meas et digitos meos ad bellum. (Salmo 143).

Parece que David adivinhava a... invenção das máquinas de escrever!!!

Não admira: era profeta e rei... na sua terra.

Octave Homberg, no seu encantador e otimista livro—*La France des cinq parties du monde*—responde deste modo aos chasqueadores ou piluleiros, que se atrevem a zombar das lições da história:

—*Nous sommes, en effet, de ceux qui ne veulent pas faire table rase du passé. Le passé se venge toujours de ceux qui le méprisent. Si une voiture, qui nous précédait, est tombée dans le précipice au tournant d'une route, il ne nous déplaira pas de voir le mauvais passage annoncé par un poteau indicateur portant le mot danger.*

L'histoire ne serait-elle qu'un musée des erreurs, il est utile de ne pas l'ignorer.

Mais, en dehors de ces enseignements d'ordre négatif, notre histoire coloniale nous donne des leçons affirmatives capables d'accroître notre énergie dans le présent et notre confiance dans l'avenir.—

Os Franceses estão publicando, todos os dias, livros muito valiosos sobre diversos assuntos coloniais.

Nestes nossos estudos sobre Angola, tomamos para modelo o manual *Histoire de la Colonisation Française* de Georges Hardy, *mutatis mutandis*.

Bons mestres...

5—A imparcialidade

«Dizem os antigos:—O historiador não deve ter pátria nem religião...

Querem os modernos que o historiador seja completamente livre da opinião antecipada...

Nem uma nem outra coisa é possível.

Ninguém pode fugir às ideias de pátria, de religião, de igreja em que foi criado e embalado desde os mais tenros anos. Sente-se o domínio, apesar dos maiores esforços em contrário, e, os que mais alto falam de imparcialidade absoluta, também são escravos da paixão, embora oposta e injusta.

As leis da imparcialidade só obrigam o historiador religioso:

I—a nunca alterar intencional e cientemente os factos, ainda que se lhe afigure contrariarem as suas convicções íntimas, mas a investigá-los, referi-los, como sucederam, e julgá-los com justiça e moderação e com caridade.

II—a reconhecer e confessar os erros dos homens da sua igreja, porque o silêncio, em tal caso, seria mais prejudicial do que favorável aos interesses vitais, morais e sociais dessa própria instituição». —(J. Alzog — *História Universal da Igreja Católica* vol. I e p. 5).

6—A formação do carácter

«As gerações humanas estão muito obrigadas aos escritores que escreveram factos bons e maus, ensinando-lhes por este modo as acções que devem praticar e aquelas a que devem fugir.

Nada tão preciso como a *História*: por ela se governa o mun-

do, nada se faz presentemente que nela se não funde; com ela se alega, a cada passo, tudo o que se faz e se quer fazer. A História é a depositária das mais fideis lições, que devem servir de régra ao Governo-Humano na sociedade civil. Ela, sendo um documento que sempre permanece, é a mais útil de tôdas as ciências, como lhe chama Cícero: a luz da verdade e a mestra de tôdas as nossas acções—*lux veritatis, magistra vitae*.

A História é ou dá a experiência do *Passado* e nos dá presságios para o *Futuro*; é o livro universal, no qual, cada um, com o devido discernimento, está seguro de achar a lição que é mais própria.»—(Frei Cláudio da Conceição—*Gabinete Histórico*, na advertência do t. IX e na dedicatória do t. XII.)

7—A mocidade esperançosa.

Queremos que a *Diogo Cão* seja «interessante para a *Mocidade*, que na sua leitura encontrará belos exemplos que seguir, nobres acções que imitar, pois que a sua alma—ainda noviça e ainda isenta das paixões que na idade adulta lhe empanam a louçania,—saberá compreender tam bem os feitos, como tomar para modelo os que os acabaram»

De tôdas as ciências morais e cívicas é a *História* a mais educativa, a mais patente, a mais fácil, quer para afervorar os nossos briosos sentimentos patrióticos, quer para graduár a temperatura, sempre positiva, do nosso carácter, nas lutas e embaraços da vida.

O contacto com as fontes documentais lançará na intelligência da gente moça os germens do espírito crítico, que se hão de desenvolver no ensino superior e que não têm apenas um valor formal mas comportam frequentes applicações na vida social.

A obra construtiva do homem, através dos tempos, deve constituir o objecto predominante ou quasi exclusivo do ensino da História para a infância e juventude.»—(Dr. Manuel de Oliveira Ramos—*O estudo da história e a sua função educativa*, à pág. 252 do livro *Como se aprende a estudar* da bela colecção de manuais do dr. Guerreiro Murta).

Não é, pois, com illusões, nem com mentiras, nem com sofismas que se educa a *Juventude*, esperança fagueira da Pàtria...

«Se a *História* constitui o fundo, e grande, da experiência humana e tem de servir de guia no bom caminho, que novas gerações hão de percorrer, tirando melhor vida da lição dos factos,—não será com alterações da *Verdade* que esse resultádo se haverá de conseguir.»—(Dr. Manuel Bento de Sousa—*O Doutor Minerva*, edição de Lisboa, M.DCCC.XCIV, a p. 305—Tal livro, no nosso fraco entender, vale mais...do que pesa!)

Devemos aprender à cústa alheia, porque a experiência própria é mestra... rude e dolorosa.

«Nenhuma coisa desta vida humana é tam aproveitável aos viventes que a lembrança e memória dos bens e males passados, para do mal nos guardarmos, regendo a *Vida* para neles não caírmos, segundo os bons fizeram!» — (Gaspar Correia — *Lendas da Índia*. — Aos senhores Leitores.).

8 — Os Documentos

In illo tempore... a «História era uma coisa que se inventava ou que se fazia segundo o agrado dos governantes por cronistas pagos pelos reis e grandes senhores: hoje não é assim.

Os processos de fazer História de tal modo se mudaram que esta ciência está hoje passando por uma completa renovação, ouvindo-se por toda a parte a palavra de ordem — *Documentos*.

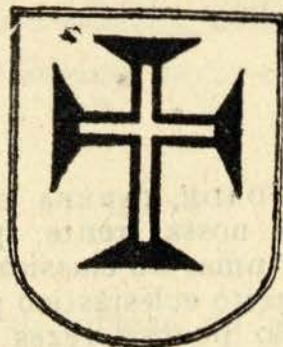
Por este motivo, o estudo e a crítica dos documentos são os meios principais, se não exclusivos, do reconhecimento do passado, e a base única da ciência histórica.» — (Dr. António Ferrão — *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, I série tomo V, às ps. 167 168).

Nestas condições, a História dos Portugueses em Angola — a real e verdadeira — ainda está por fazer...

A quem tem interesse e obrigação, desejo e vontade de conhecê-la, aqui na revista *Diogo-Cão* vamos oferecer algumas, muitas, páginas subsidiárias.

(Continua)

HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA



Missões & Missionários

A notícia dos progressos marítimos dos **Portugueses** em cidade nenhuma foi iam aplaudida como em Roma, aonde os Pontífices viam já tôdas as terras bárbaras de África—convertidas à Fé e o rebanho de Cristo—engrossado por milhares de ovelhas perdidas, que o Pastor confiava ir recolhendo ao aprisco, ajudado do braço de nossos cavaleiros.

Ao mesmo tempo, os oradores ou embaixadores do Rei de Portugal, alegando os perigos e despesas das navegações e da povoação das conquistas, alcançaram da Santa-Sé o reconhecimento da prioridade de nossas emprêsas, e, o que não era menos importante, o reconhecimento do domínio absoluto e exclusivo das costas e territórios que os nossos Navegadores iam descobrindo e avassalando.

Vários e importantes são os **Documentos**, em que a Cúria-Romana escreveu nos brasões da história marítima portuguesa os títulos da nossa glória e de nossa posse. Mais explicitos no govêrno de d. Afonso V, os Pontífices saúdam as vitórias e as novidades, de que naquela época fomos introdutores privilegiados, e quasi que asselam em suas **Búlas**, como padrões, cada um dos passos que adeantamos na arriscada estrada, que, montado o Cabo-Bojador, nos levou às águas do Cabo-Tormentoso e, vencido este, nos patenteou o suspirado Caminho-do-Oriente, sônho de três gerações robustas, esperança meio realizada de d. João II, e corôa invejada de d. Manuel, que a fortuna trouxe pela mão a . . . colher os frutos semeados pelos outros a preço de tantos sacrificios e fadigas.

Dom Manuel I, subindo ao trono, achou tudo disposto para representar na Europa um grande papel. **Vasco da Gama**, seguindo com ousadia o plano de d. João II, avassalou os mares e fez-nos senhores do **Oriente**, tornando a Europa quasi tributária de um pequeno estado ocidental.

A fortuna, tôda—sorrisos, levantou-nos um império colossal, e o delírio de tantas grandezas repentinas principiou a cavar-nos de longe a queda, mesmo ainda no auge do esplendor.

A difusão da fé-católica, o desejo de semear a palavra de Deus nas regiões mais remotas e nos sertões inóspitos, e o ardor de iluminar com os clarões da civilização o entendimento de

tantas nações afogadas nas trevas do maometismo ou do paganismo foram os motivos invocados para justificar aos olhos do mundo a nossa conquista na A'frica, na Asia e na América.

Rebello da Silva



EM VERDADE, TAREFA BEM CUSTOSA SE ESCANCARA na nossa frente, quando temos necessidade de arrumar ou classificar êstes assúntos históricos de direito eclesiástico português, porque—embora não poucas vezes o material rigorosamente seja alheio a esta nossa secção por sua própria natureza ou qualidade, — por outro lado, funda-se ou prende-se ou tem com a questão religiosa parentesco, sim, um parentesco directo e

legítimo.

Como bem sabem, nêstes tempos, o Pápa era considerado como o senhor do *Mundo* inteiro, e, por tal, só êle podia arbitrar ou superentender na partilha do que os portugueses & espanhóis descobriram novamente.

Assim diz Oliveira Martins:

— *Cronològicamente, os primeiros factos que atestam o génio colonizador dos portugueses são as Doações.*

No sistema da soberania e da propriedade, seguido o direito feudal europeu, depois de afirmada a suserania papal sôbre as terras sem senhor por serem desconhecidas, a primeira doação era a da Santa-Sé, que nelas investiu os monarcas descobridores, conferindo, ou antes, consagrando a propriedade delas fundada no direito do primeiro occupante.

Em Portugal, a Corôa, investida pelo Pápa no domínio das terras descobertas, transferiu a suserania para o Infante-dom-Henrique, a quem, como gram-mestre da Ordem-de-Cristo, a Igreja, por seu lado, conferia o dizimo dos direitos eclesiásticos para o fim da Propagação da Fé — («Portugal nos mares», vol. II, p. 85.)

De propósito, insistimos sôbre a intervenção dos Pápas nos negócios das nossas *Descobertas Marítimas*, porque, a cada passo, a pessoas, que se prezam de ilustradas, ouvimos dizer, a respeito, as maiores... barbaridades!!!

Na Idade-Média, as crenças eram comuns ou católicas, e o elemento religioso completamente dominava ou se impunha absoluto, não só em Portugal como em tôdas as outras nações da Europa. Os tratádos, que se faziam, eram, pois, baseados ou

orientados pela crença ou comum religião dos contratantes e o Pontífice-Romano, com a sua geral ou universal preponderância, procurou e conseguiu impôr-se como *Arbitro*, não poucas vezes, nas pendências entre nações católicas; e assim a sua autoridade espiritual era reconhecida e acatada, evitando-se guerras.

O Pápa exercia uma espécie de... ditadura moral sobre todo o mundo católico.

*
* *

Dentro dos limites ou estâcas do nosso programa literário, cada assunto histórico angolano tem o seu lugar de arrumação certo, e, por isso, se os nossos comentários são altos ou médios ou pequenos, a nós certamente não é que pertence a obrigação de lhes tirar a média ou metragem, porque ninguém é... bom e justo juiz em causa própria.

Porque não escrevemos somente para... letrados ou sábios da... Grécia, vamos acompanhando assim tôdas as nossas páginas com pequenas explicações.

Absolutamente, nunca tivemos inveja das mercês que *Deus* faz aos outros, pois, como lá diz o povo e é verdade, o... Sol, quando nasce, é para toda gente, até para os... bichinhos irracionais.

Não pretendemos também exhibir ciência superior à nossa categoria; no entanto do direito eclesiástico português do tempo da Monarquia, com... licença, temos obrigação de entender ou saber o nosso pedaço.

Por exemplo: a inovação do chamado «*Beneplácito-Régio*» teve origem no reinado de el-rei d. Afonso IV, na ocasião em que o infante d. Pedro tinha já a sua parte no governo, mas não houve intenção de agravar os direitos da Santa-Sé e foi apenas para acabar com certos abusos eclesiásticos, que se praticavam então.

Em 1427, dizia el-rei d. João I que isto se praticava mais por conservação da jurisdição e liberdade da Igreja do que em seu prejuízo.

Mais tarde, por conveniência, el-rei d. João II aboliu ou fez desistência da lei do *Beneplácito-Régio*.

Depois, no reinado de d. Manuel I, a embaixada de Tristão da Cunha, que foi mandada à *Roma*, a prestar obediência ao pápa Leão X, passou à história universal como um acontecimento único, plenamente e verdadeiramente fantástico!

Fidalgos escolhidos, paramentos riquíssimos, jóias de estima, o magestoso elefante, a onça de caça, o lindo cavalo pérsio!!!—com

êstes objectos preciosos e com êstes animais da Índia, d. Manuel I deslumbrou Roma, deslumbrou a Itália, deslumbrou... o Mundo inteiro...

Em resúmo:— Na Itália corriam nobres e populares de muitas léguas para gozar aquele novo espectáculo, e em tam grande número se escalonavam pelos caminhos, que aos portugueses mais parecia atravessarem uma populosa cidade do que extensas estradas longe de povoado. Na cidade de Roma, a acumulação de gente era extraordinária para ver a fantástica embaixada. As ruas estavam peçadas de gente; nas janelas e até nos telhados acumulavam-se curiosos...—

... e não era para menos!!!

Viva Portugal!

(Continuação da página 20)

§. 3—No reinado de d. Manuel I.

O mesmo pontífice Alexandre VI, pela bula *Ineffabilis* de 1 de Junho de 1497, dirigida a el-rei d. Manuel I, concede-lhe e a todos os seus sucessores, todos os direitos e tributos sobre as terras conquistadas aos infiéis, e em que não houver direito de terceiro, adquirido por um príncipe cristão.—Bull., I, Ps. 56 e 57.—Font. 50.—Quad., t. X, p. 118.

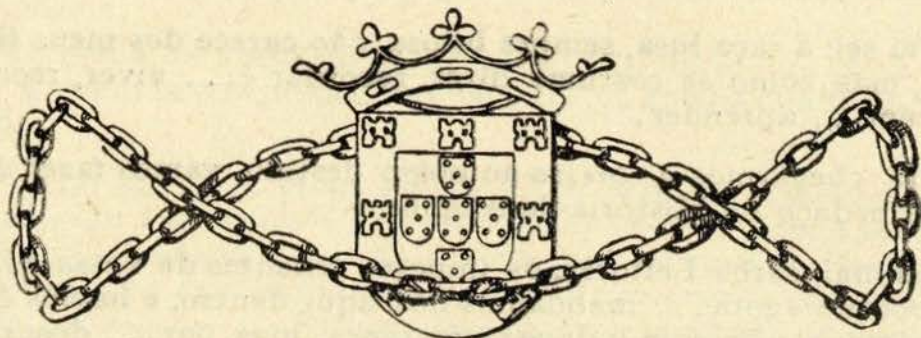
*

* *

Pela bula *Ea, quae pro bono pacis* de 24 de Janeiro de 1506, o pontífice Júlio II confirma a convenção feita entre d. João II, rei de Portugal, e d. Fernando, rei de Castela e Aragão, sobre os limites das conquistas e descobertas.

—Bull., I, ps. 70 e 71.—Font. não trazem nada, a respeito.—Quad., X, 150 e 151.

{Continua.}



NO TEMPO DOS FILIPES...

Os Holandeses contra os Portugueses

*Mare natura omnibus patet—O mar por natureza está aberto a todos:—assim disse
ULPIANO*

(Ao Ex.^{mo} Senhor Doutor **Pires Avelanoso**, diligente fundador do Arquivo Histórico Colonial no Palácio-da-Ega, à Junqueira, em Lisboa,—consagra este modestíssimo trabalho literário o seu amigo e admirador: Padre **Ruela**).

INTRODUÇÃO

1—Les Hollandais, principaux héritiers des Portugais...

NÃO FALTA QUEM DIGA E ESCREVA, IGNORANTE, QUE ANGOLA não tem história digna de estudo ou de exemplo político, desde a descoberta de Diogo Cão até nossos dias!!!...

Infelizmente, a ignorância, em Portugal e também em todo o Mundo, foi sempre assim ousada e atrevida e... malcreada, por todas as razões próximas e remotas, vencíveis e invencíveis, cómodas e incómodas.

Até pelo lado da...preguiça!

Com o fim nobre e patriótico de espancar ou desfazer essas trevas espirituais que de modo algum nos honram, a revistinha *Diogo-Cão* quer ser, vai ser um...candeeiro aceso, para que todos facilmente possamos convencer-nos de que as páginas da *História da Colonização Portuguesa de Angola* são alguma coisa de valor apreciável, socialmente falando ou escrevendo.

Somos todos também, em consciência, obrigados a conhecê-las.

Bem sei: a raça lusa, sempre briosa, não carece dos meus fracos elogios, mas, como se costuma dizer, recordar é... viver, recordar é também... aprender.

Para chegarmos *depressa* ao nosso destino, vamos fazer *de-vagar* este pedaço de História-de-Angola.

Dominai, caros Leitores, os ímpetos ardentes da vossa curiosidade, porque agora... mandamos nós aqui dentro, e haveis de ler estas páginas, não com indigesta fartança, mas por... doses bem pesadas ou medidas.

São páginas tristes e sentimentais da História-de-Angola, que outras mais tristes e mais sentimentais não lhe conhecemos: tristes, mas animadoras, isto é, páginas que, neste rude sofrimento purificador, agitam a nossa alma com a esperança fagueira e certíssima de melhores dias, de dias felizes.

Bem diz Rocha Martins: *A História é o reflexo do passado, o espelho do presente, o guia do futuro.*

2.—Divisão ou roteiro dêste nosso estudo

Para evitar a confusão na sequência histórica destes factos que estamos a narrar, além desta *Introdução*, daremos mais duas partes, que, aliás, não podem exgotar o assunto, nem o apresentam assim absolutamente definitivo, porque, longe de bibliotecas e dos arquivos próprios, não conseguimos fazer ou organizar um trabalho perfeito, como devíamos e podíamos e... queríamos.

Os nossos *Apontamentos*—não baja pêjo de o confessar aqui em público e raso—têm lacunas em grande quantidade e, por isso, em mais de um ponto, somos, contra a vontade, obrigados a deixar... pendentes ou suspensos os enigmas históricos até à sua decifração ou esclarecimento, que lhes tencionamos dar, um dia, se *Deus* quiser e nos der a vida e a saúde indispensáveis.

Acabada a *Introdução*, passaremos a estudar a História Militar do *Condomínio Português e Holandês em Angola*—1.^a parte; e, depois, na 2.^a parte, havemos de tratar da História Diplomática, que nos merece realmente condigna atenção, visto que completa ou esclarece a 1.^a.

Certamente, neste nosso estudo literário, além de história política, tem de tomar logar a história marítima e comercial.

Em que *camisa-de-nove-varas* nos vamos... meter!!!

3.—Sempre na rabadilha dos Portugueses...

A perda da nossa independência temporária de 1580 a 1640, foi uma completa desgraça para os nossos domínios ultramarinos.

— Antes de 1580, eram amigáveis as relações comerciais entre Portugal e as Províncias Unidas de Holanda; mas, com a conquista de Portugal, a situação mudou por completo, porque os Portugueses tornaram-se por este facto inimigos dos Holandeses o que veio a ser para os primeiros—os Portugueses—o peor resultado da união das duas coroas

Neste tempo, algumas das mais ricas regiões do globo estavam sob o domínio de Castela e Portugal, por virtude do descobrimento e da conquista, e estas potências arrogavam-se o monopólio do transporte dos seus produtos para a Europa.

Para participar dos enormes lucros d'este tráfico, quando o porto de Lisboa lhes estava fechado, começaram os Holandeses a mandar os seus navios ao Oriente e às costas de África, quer como corsários, quer com o fim do comércio legítimo; e, a despeito da opposição dos dominadores, lograram estabelecer-se em muitas das possessões mais valiosas das duas nações.

As possessões de Portugal, visto serem as mais acessíveis e menos defendidas, eram as que mais padeciam com estes feitos e foi, principalmente, à sua custa que, em meio século, a Holanda se tornou uma grande potência colonial. — (As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668 — por Edgar Prestage, tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho, Coimbra, 1928, às páginas 191 e 192.)

Como sabem, Filipe II de Espanha e I de Portugal fechou, por vingança estúpida e de-astrada, o porto de Lisboa aos holandeses ou flamengos ou bátavos ou germanos, que ali iam abastecer das mercadorias, livremente, os seus navios.

Durante a guerra da independência neerlandesa contra a Espanha e até à anexação de Portugal à Espanha, as relações mercantis com Portugal continuaram a subsistir desembaraçadamente. Desde então, porém, Filipe II resolveu restringi-las pelo fechamento do porto de Lisboa, quando julgou oportuno ferir os interesses da cidade de Antuérpia (Anvers), estancando lhe a fonte de lucros que indirectamente derivavam do comércio da Índia.

Com as terras portuguesas os negociantes dos Países-Baixos tinham sempre traficado em larga escala.

Logo depois do descobrimento do Arquipélago-dos-Açores, muitas famílias dos Países-Baixos para ali emigraram,—circunstância esta que gerou a denominação de Ilhas-Flamengas, e explica também o

aparecimento de tantos apelidos germânicos no Brasil primitivo.

Em parte, a agressão dos Ho'andeses contra os espanhóis pode explicar-se pelas lutas da independência civil e da liberdade religiosa, mas estes sucessos marítimos ou coloniais têm antecedentes e conseqüentes de maior valor a justificarem o procedimento dos Holandeses.

Na verdade, a história universal não se compõe somente de factos ou dados políticos e religiosos.

«O mesmo destino,—que a posição marítima à beira litoral europeu assegurava a Portugal,—cabia agora à Holanda, possuindo maiores riquezas hidráulicas e um instinto de comércio por igual inteligente e desenvolvido.

A agressão holandesa, como a francesa e inglesa, explica-se antes por um princípio superior — o princípio do livre comércio contra o monopólio.»

Mas... deixemo-nos de floreada retórica e vamos precisar a rigor os factos como elles realmente se passaram:

—«Enquanto Portugal se conservou independente, os negociantes dos Países-Baixos, à sombra da nossa neutralidade, sempre encontraram no mercado de Lisboa favor e protecção, porém, de 1580 por diante, mudaram de aspecto as coisas e Filipe II, supondo que o modo oportuno de castigar a orgulhosa república consistia em lhes negar as mercadorias da Índia, decretou em 1594 o sequestro violento de 50 navios holandeses, ancorados na baía do Tejo, proibindo também com severíssimas penas aos súbditos a comunicação com os herejes rebeldes das Províncias insurgidas.

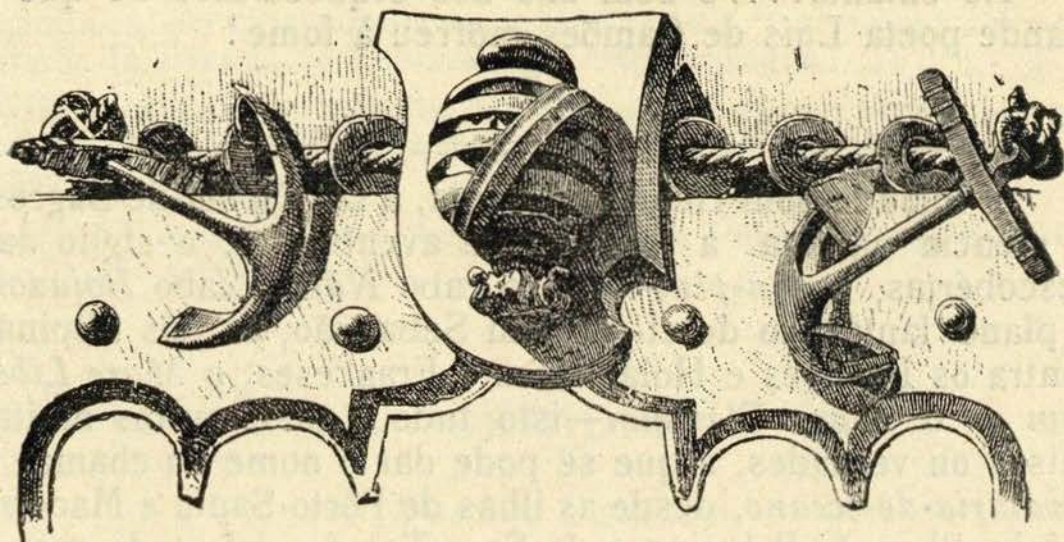
No começo, pareceu mortal o golpe...

Os Neerlandeses, privados assim do comércio dos produtos asiáticos, ou desde que lhes foi fechado o porto de Lisboa, decidiram, pois, ir buscá-los à Índia por via directa.

(Continua)

Advertência—Nas nossas investigações literárias para este estudo, temos também armazenado muito **Material** para Os Ingleses contra os Portugueses e Os Franceses contra os Portugueses, que, mais tarde, nesta revista havemos de publicar, na parte relativa, não só à costa de Angola, como a toda a costa ocidental de Africa.—Em verdade, todos vieram ou andaram, mas com feliz proveito, na rabadilha dos Portugueses.

P. R.



A Tentação do Mar

PARA OS PORTUGUESES O MAR TEM ATRACTIVOS ESPECIAIS: É O CAMINHO DAS CONQUISTAS, DOS DESCOBRIMENTOS, DA POESIA, DA INSPIRAÇÃO ARTÍSTICA, DA GLÓRIA NACIONAL.

Ramalho Ortigão

Com licença...



A NOSSA «DIOGO-CÃO» É UMA REVISTA ANGOLANA, mas, além disso, essencialmente portuguesa.

Não está, portanto, fóra de propósito esta secção marítima, onde, em escolhido e fino extracto, publicaremos, entremeando com a nossa *Miscelânea*, as mais ricas e formosas jóias literárias dos nossos melhores e maiores escritores coloniais.

Podíamos, em verdade, encabeçar estas páginas com o título *A Conquista do Mar-Tenebroso* ou *Portugal nos Mares*, mas demos a preferência ao de *A Tentação do Mar*, tão somente por ser assim mais... bonito, mais... artístico, mais... poético, enfim.

No entanto... é bom não nos esquecermos de que o grande poeta Luís de Camões morreu à fome!

*

* *

O Infante-dom-Henrique, Seuta, a tal Escola-de-Sagres, a ciência náutica, a nossa raça aventureira, o sigilo das descobertas, o *non-plus-ultra*, o cabo *Não*, o cabo *Bojador*, o plano fantástico de el-rei dom Sebastião, as leis filipinas contra os Ingêleses e Holandeses e Franceses, o *Mare Liberum* e o *Mare Clausum*—isto tudo e mais outras muitas coisas ou verdades, a que se pode dar o nome ou chamar a *cavalaria-do-oceano*, desde as ilhas de Pôrto-Santo e Madeira até às ilhas do Príncipe e de Sam-Tomé,—isto tudo será o objecto ou material desta colecção :

*Desde a ilha Pôrto-Santo
A's dunas do Cabo-Não,
Desde Sam-Jorge da Mina
Até à Ponta-Padrão ...*

Em rigor, do cabo de *Boa-Esperança* até à *Índia*; estas terras já estão fóra do nosso programa de estudos.

(Continua)

Padre RUELA

A Marinha Portuguesa

—NO REINADO DE EL-REI DOM DENIS—

POR OLIVEIRA MARTINS



reinado de dom Denis marca uma segunda éra na história da marinha nacional.

Reciprocamente indispensáveis a marinha mercante e a militar, os cuidados do rei administrador dirigem-se principalmente a fomentar a primeira, cuja importância o tratado de comércio, feito em 1308 com a Inglaterra,

acusa.

Também no seu tempo, por morte do conde-do-mar Nuno Cogominho, em cuja família êsse cargo andara, vem tomar o almirantado da armáda portuguesa o genovês Pezzagna. (1)

Nacionalizada, a família dos Peçanhas tem por largos anos o condado do mar ou almirantado, como, à moda árabe, se dizia então.

(*História de Portugal*, Lisboa, Parceria Pereira, 1927, XI edição, I tomo e página 174).

O Pão... sempre o Pão

POR DUARTE PACHECO



Infante dō Amrrique
(Talant de bien fere)

...e tantos são os benefícios que o virtuoso *Infant-dom-Henrique* tem feito nestes Reinos que os Reis Povos dêles lhe são em muita obrigação, porque na terra, que êle descobriu, grande parte da gente de Portugal ganha de comer..

...devemos rogar a DEUS pela alma do Infante-dom-Henrique, que, por êle descobrir esta terra, foi causa de se descobrir a outra Guiné da dita serra Leoa por deante e a Índia, de cujos comércios com grandes riquezas somos abastados: (2)

(*Esmeraldo de situ orbis*, manuscrito de 1505, livro I e capítulo 33.—Edição de 1892, de Ratael Bastos, p. 58 e edição de Epifânio da Silva Dias, p. 98).

(1)—Visconde-de-Santarém—*Quadro Elementar*, tomo XIV, ps. XX-LXVII e 8-24.—Nóta de P. R.

(2)—*Non in solo pane vivit homo sed in omni verbo quod procedit de ore Dei*.—Evangelho de *Sam-Mateus*, capítulo I e versículo 4.—Nóta de P. R.

A morte do Infante

Quanto às variações do dia e ano da morte do nosso Infante-dom-Henrique, e para complemento do que ficou escrito à página 6, os nossos amáveis Leitores podem consultar o tomo I dos Anais da Marinha Portuguesa por Quintela, à p. 164, no texto e na nota 2. Em verdade, se com um facto assim importantíssimo as variações são tantas, não nos devemos admirar, pois, de que os cronistas e historiadores, em geral, sejam tam confusos e contraditórios e omissos nas datas dos Descobrimentos.

Ainda agora, a propósito do V Centenário da Descoberta e Colonização do Arquipélago-dos-Açores, os jornais de Lisboa discutem ou pretendem averiguar o ano ou data certa dêsse facto.

De há longos anos que os srs. Aires de Sá e Ferreira de Serpa se degladiam em livros, revistas e jornais.

Em A Voz têm sido publicados artigos dos srs. Carlos Coimbra, Jordão de Freitas e Gago Coutinho. Nada dizem de novo. O sr. Carlos Coimbra é, por assim dizer, uma segunda edição também confusa do sr. Aires de Sá.

P. R.

Márco Paulo

POR ESTEVES PEREIRA

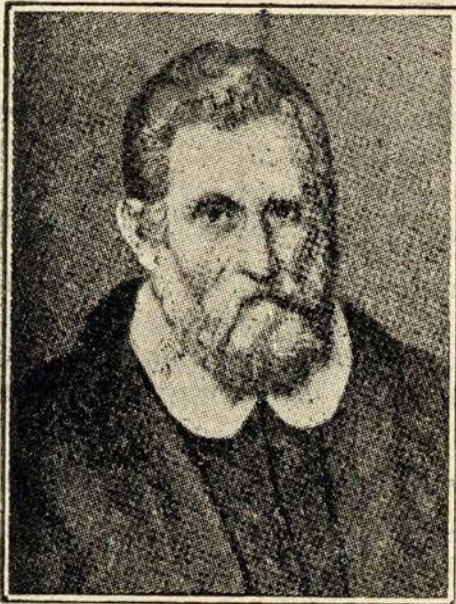
O Livro de Marco Paulo foi conhecido em Portugal na primeira metade do século XV, certamente pela versão latina de frei Francisco Pipino.

Com efeito, na relação dos livros do uso de el-rei dom Duarte (1433-1438), que é contida no códice da Cartuxa de Évora, lê-se a seguinte verba:

—Marco Paulo, latim e linguagem, em um volume.—

Conforme a uma tradição corrente em Lisboa no fim do século XV, e referida por Valentim Fernandes, o Livro de Márcio Paulo foi trazido de Veneza para Portugal pelo infante dom Pedro, filho de el-rei dom João I.

O livro de Márco Paulo é um livro maravilhoso, que exaltou o espírito aventureiro dos nossos Antepassados e inspirou os nossos audazes Navegadores.



Márco Paulo

Comerciante e viajante veneziano que andou pelas terras do Oriente de 1270 a 1296

Foi conhecido do Infante-dom-Henrique e influuiu no comêço e prosseguimento das navegações ao longo da costa ocidental de A'frica, tanto no reinádo de dom Afonso V como no de dom João II.

(Na erudita *Introdução* à edição de *Márco Paulo* da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1922).

Toponímia Portuguesa

por J. Brás de Oliveira

Desde Seuta, por tôda a costa ocidental africana até ao cabo de Boa-Esperança, os nomes dos báixos, dos cabos, dos rios, das angras, pórtos, enseadas, parcéis, cidades, aldeias, povoádos—é uma lista longa de nomes nacionais, documento sublime, invejado de estranhos, demonstrando o assíduo mourejar das barcas barinéis e caravelas, em hõnra do nome português.

(No Prólogo da *Xácara dos Pilotos*)

Péna de Morte...

POR HUMBOLDT

Os reis de Portugal proibiam, com péna de morte, que saísse para fóra do reino carta hidrográfica, que mostrasse o rumo do sul e oriente.

O Espírito da época

PELO ALM. ERNESTO DE VASCONCELOS

Afama das descobertas marítimas portuguesas era de grande nomeada e estas despertavam ciúmes e rivalidades, a ponto tal que vinham a Portugal emissários especiais para prescreverem o que aqui se passava e levarem ou mandarem às suas nações os esclarecimentos que aqui podiam obter.

Aos nossos cartógrafos eram encomendadas as mais recentes cartas, que elles vendiam por bom preço, e tudo quanto interessava aos novos países, que elas esboçavam no seu contorno marítimo, era transmitido lá para fóra pelos informadores estrangeiros.

Receando a concorrência comercial, não queriam os nossos governantes divulgar as descobertas—era esse o espírito da época—para que nós somente auferíssemos os lucros do nosso esforço.

(*Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*).

Os Portulanos

POR GABRIEL PEREIRA

A cartografia portuguesa basea-se nas cartografias malhorrquina e italiana da *Idade-Média*.

Esses *Portulanos* dos séculos XIII e XIV representam os litorais do Mediterrâneo, as costas de Portugal, França, Inglaterra e Irlanda, e a costa africana para o Atlântico até às Canárias.

Eram cartas com o desenho do litoral, indicação de portos, (daqui o nome portulanos) ilhas, cabos, para a navegação costeira.

Com os descobrimentos do Infante-dom-Henrique passou-se à navegação do alto, e as cartas passaram a ser de marear.

Cartas-de-Marear é a designação vulgar entre nós dominante, porque a designação *Portulano* só modernamente tem sido usada.

Portulano designava, no findar na *Idade-Média*, a carta náutica em que o piloto tinha indicação para o conhecimento do litoral, entradas dos portos e surgidoiros.

(No *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XXIª série e p. 443.)

Doações Reais

Dos célebres tratados concluídos—um a 30 de Outubro de 1431 em Medina-del-Campo, e outro em Toledo a 6 de Março de 1480, isto-é, da longa questão das Ilhas-Canárias, não carecemos dar desenvolvimento...

Para melhor compreensão do que por nós foi escrito à página 18, convém narrar aqui o seguinte facto, porque está intimamente ligado com o nome do Infante-dom-Henrique e com a Ordem-de-Cristo:

—No reinado de el-rei d. Duarte, querendo este mostrar quanto se interessava no prosseguimento das Descobertas, foi uma das primeiras acções de seu governo fazer Doação das ilhas da Madeira, Porto-Santo e Deserta ao Infante-dom-Henrique, por carta passada em Sintra a 26 de Setembro de 1433; e, no ano seguinte de 1434, por outra Carta datada de Santarém aos 26 de Outubro, cedeu o Espiritual das mesmas ilhas à Ordem-de-Cristo, de que o Infante era Gram-Mestre.—(Anais de Quintela, tomo I, p. 81.—Frei Gonçalo Velho de Aires de Sá, volume 1, p. CXLI, nota 1.—*Década Primeira da Ásia* de João de Barros, livro I, capítulo IV, no fim).

A Carta de d. Afonso V, concedendo também o exclusivo da navegação do Cabo-Bojador em diante ao Infante, é de 3 de Fevereiro de 1446.

Assim garantido com esta dupla doação real é que o Infante-dom-Henrique mandou à Roma a embaixada de Fernão Lopes de Azevedo, a pedir ou suplicar a confirmação desta mercê temporal e espiritual, o que justamente conseguiu, como já ficou dito.

Neste mesmo lugar, havemos de referir as 5 ou 6 razões também mixtas, que, segundo o cronista Zurara, impeliram ou levaram o Infante-dom-Henrique à empresa gloriosa das nossas *Descobertas Marítimas*.

A História da briosa Marinha Portuguesa

POR INÁCIO DA COSTA QUINTELA

Com efeito, custa a acreditar (e é contudo verdade!) que—devendo Portugal à sua Marinha a melhor parte da glória, da riqueza e da grande consideração a que chegou desde o reinado de dom João II até ao de dom Sebastião,—seja a História-da-Marinha a parte que se acha escrita com menos conhecimentos profissinoais!

(Anais da Marinha Portuguesa, 1839, tómo I, nóta 2 da página 205).

(Continua)

Reconhecidos...

Agradecemos à Imprensa de Luanda e do sul da Colónia as honrosas palavras que dedicaram ao nascimento da nossa revista «Diogo-Cão».

A partir do número 4, havemos de começar a pôr nas nossas páginas o arquivo de tam carinhosas referências.

*Vila de Muxima
Abril/1932*

P. R.

Com a licença da Autoridade Eclesiástica

Visado pela Comissão de Censúra

COMPOSTO E IMPRESSO
na TIPOGRAFIA MINERVA
* LUANDA *

- Por insignes e heróicas que sejam as obras,
se não há quem as escreva, por tempo se
vão gastando com o esquecimento.

Frei Heitor Pinto

- Uma História verídica, digna de fé impar-
cial e filosófica, só pode ser a que for
fundada em DOCUMENTOS autênticos.

Visconde de Santarém

- É preciso, de uma vez, sufocar pelo gasga-
nete as mentiras berrantes da nossa His-
tória. A visão moderna de historiar não
permite mais o que está convencionado:
exige a VERDADE.

Viriato Correia, bras.

Petipé . . . literário

- I)—A revista ilustrada *Diogo Cão*, de vários e variados assuntos velhos e antigos angolanos, contém nas suas páginas *material* sôbre:

HISTÓRIA

GEOGRAFIA,

ARTE,

ETNOGRAFIA,

TRADIÇÃO,

LENDAS E

TOPONÍMIA INDÍGENA:

- II)—Tôda a *colaboração*, tanto a literária como a artística, é solicitada ou pedida directamente por nós.
- III)—Os artigos ou trabalhos assinados são da absoluta *responsabilidade* de seus *autores*.
- IV)—Não são permitidas *polêmicas* de carácter pessoal ou individual.
- V)—A revista *Diogo Cão* publica se em *séries* de 10 números, tendo cada um, pelo menos, 32 páginas.